



Eixo: Questão agrária, urbana, ambiental e serviço social.

Sub-eixo: Ênfase na questão agrária.

IMPERIALISMO E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: ILUSÕES DESENVOLVIMENTISTAS E DOMINAÇÃO EXTERNA POR DENTRO

DOUGLAS RIBEIRO BARBOZA¹

Resumo: Buscaremos analisar alguns traços importantes da expansão monopolista brasileira e sua concretização pela dominação imperialista e desigualdade interna, considerando o acirramento das disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que favorece a concentração social, regional e racial de renda, prestígio e poder. Ao resgatar particularidades acerca da questão agrária no Brasil, buscar-se-á reforçar que a disputa no interior do Estado e das políticas sociais pelo sentido público é uma disputa *de classe* marcada por contradições que podem permitir o avanço da luta dos trabalhadores em tempos de reedições das antigas “ilusões do desenvolvimento auto-sustentado”.

Palavras-chave: Imperialismo; Desenvolvimentismo; Lutas sociais; Brasil; Questão Agrária

Resumen: Buscamos analizar algunos rasgos importantes de la expansión monopolista brasileña y su aplicación por el dominio imperialista y la desigualdad interna, teniendo en cuenta el empeoramiento de las disparidades económicas, sociales y regionales, ya que promueve la concentración social, regional y racial de la riqueza, prestigio y poder. Al rescatar particular acerca de la cuestión agraria en Brasil, mira hacia arriba fortalecerá la disputa en las políticas estatales y sociales por el sentido público es una lucha de clases marcado por contradicciones que puede permitir el avance de la lucha de los trabajadores en tiempos de reediciones de viejos " ilusiones de desarrollo auto- sostenido".

Palabras clave: imperialismo; desarrollo; luchas sociales; Brasil; cuestión agraria

1- INTRODUÇÃO

O crescimento e o desenvolvimento nacional auto-sustentado aparecem, vez ou outra entre nós, como alternativa à situação de “exclusão” latino-americana, figurando como alternativa à nossa situação de dependência, sob o argumento de que “as riquezas latino-americanas deveriam ser usufruídas por nós, latino-americanos”. O que parece faltar nesta análise é a consideração do lugar ocupado pela fração local da burguesia, atuante de forma direta em esfera nacional, ocupando no capitalismo contemporâneo o posto de sócia minoritária associada ao bloco hegemônico internacional. Este novo

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <douglasrb@id.uff.br>

comportamento da burguesia se relaciona com as exigências da expansão do capitalismo nos grandes centros internacionais hegemônicos e com o desenvolvimento do imperialismo.

O subdesenvolvimento latino não é uma etapa no caminho do desenvolvimento, mas sim uma contrapartida do desenvolvimento alheio, quando a região progride sem libertar-se da estrutura do seu atraso. Recebemos a tecnologia moderna como no passado foram recebidas as ferrovias, a serviço dos interesses estrangeiros que modelam e remodelam o estatuto colonial desses países. Sob esta lógica, a América Latina segue importando técnicas de produção voltadas para a economia de mão-de-obra, embora lhe sobre a força de trabalho e os desempregados estejam a caminho de se constituírem como uma esmagadora maioria em vários países. Ao controlar as alavancas da tecnologia, as grandes corporações multinacionais manejam também outros pontos-chave da economia latino-americana. (GALEANO, 1985).

Numa análise histórica, Florestan Fernandes (1981) questiona criticamente as teorias do subdesenvolvimento como atraso ou decorrente de processos de urbanização ou industrialização supostamente auto-explicativos. Nesta perspectiva é fundamental considerarmos, na leitura do capitalismo brasileiro, a sua particularidade, o que é próprio das relações sociais brasileiras e sua generalidade, encontrada na compreensão do capitalismo e seus fundamentos principais (relações de exploração, apropriação privada etc.). É no desenvolvimento capitalista que reside o subdesenvolvimento como seu componente indispensável. Isto é, a origem sociológica do subdesenvolvimento na América Latina está no capitalismo imperialista e na sua condição de dependência. Desta forma, a explicação sociológica do subdesenvolvimento econômico deve ser buscada no mesmo fator explicativo do desenvolvimento econômico sob o regime de produção capitalista. Isto é, como se organizam as classes, como cooperam ou lutam entre si para preservar, fortalecer e aperfeiçoar ou extinguir determinado regime social de produção. (Ibid.).

A análise do capitalismo no Brasil e na América Latina nos remete a outros eixos de análise fundamentais, como, por exemplo, a questão do Estado

e da democracia que institucionalizam, na região, a acumulação de capital na forma de uma dominação externa abastecida por uma dominação interna exercida não sobre um setor ou uma fração da burguesia, mas sobre o trabalho e a massa da população. O capitalismo na América Latina precisa ser tomado como consequência da expansão capitalista em sua fase neocolonial, imperialista, em que é preciso considerá-lo como parte da economia capitalista mundial. Como periferia do sistema, o território latino-americano está altamente sujeito a depleções permanentes de suas riquezas processadas às custas dos setores assalariados da população (CARDOSO, 1997).

Para Florestan Fernandes (1981), há dois aspectos decisivos para o funcionamento e manutenção da dependência. São eles: a importância da burguesia local, que é parceira, ainda que como sócia menor e subordinada da burguesia capitalista dos grandes centros; e a exacerbação das relações de classe internamente, caracterizadas pela sobre-expropriação e pela sobre-exploração capitalistas do trabalho e da massa da população que não consegue acesso ao mercado ou sua permanência nele. A partir daí, a dependência fica definida com maior precisão nos termos desta sobre-apropriação capitalista, e ambas constituem a substância do mesmo processo. Esta relação de pobreza extrema criada neste tipo de capitalismo tem grande potencial na geração da apatia das massas e da inflexão das lutas. Fernandes (1976; 1981) não compartilha da tese de que a “revolução burguesa” foi abortada pela natureza de dualidade da nossa formação social (Brasil arcaico, marcado pelo atraso e responsável pelo ritmo lento do desenvolvimento do Brasil moderno), destacando que, no plano estrutural, as crises de conjuntura, entre as frações da classe dominante, são superadas por processos de rearticulação do poder da classe burguesa numa estratégia de conciliação de interesses entre o denominado arcaico e o moderno. Configura-se a “modernização do arcaico”, o transformismo, e não a ruptura das estruturas da desigualdade.

Francisco de Oliveira (2003), também se contrapõe à tese da estrutura dual onde um país arcaico e tradicional amarra ou impede avanços do país desenvolvido e moderno. Para o autor, a imbricação do atraso, do tradicional e

do arcaico com o moderno e desenvolvido, se alimentam na particularidade da sociedade capitalista dependente, de nossa inserção subalterna na divisão internacional do trabalho. Desta forma, os setores denominados de atrasados, improdutivos e informais, se constituem em condição essencial para a modernização do núcleo integrado ao capitalismo orgânico mundial.

O atraso era unidade contraditória em contraposição às formulações duais entre atraso e desenvolvimento. A modernidade da década de 1970 podia ser entendida como o uso que o setor moderno da economia fazia do setor “atrasado”, na realização de uma unidade contraditória entre os pólos. O pólo dinâmico servia-se do atrasado para desenvolver-se. Esta análise rompe com uma suposta clareza de oposição entre burguesia nacional e setores agrário-exportadores, bem como entre capital financeiro e capital produtivo.

Não podemos desconsiderar que esta análise de Oliveira é crucial para entendermos os limites de uma aposta desenvolvimentista, nos dias atuais, que busque, na construção de um projeto popular, uma associação com a burguesia nacional contra o setor financeiro, contra as transnacionais. Ela também define o Estado populista como a permanência da característica burguesa do Estado, representando uma maior autonomia das burguesias locais, mas passando longe da eliminação da contradição principal do capitalismo. Na associação com a burguesia local contra a burguesia internacional, poderia ser deflagrado o capitalismo nacional desenvolvimentista que, ao mesmo tempo, fortaleceria a burguesia e a classe trabalhadora num aumento da contradição capitalista.

As contribuições destes autores nos ajudam a compreender a consolidação de um padrão econômico que, depois dos anos de 1930, passa a ter como característica central a reposição a partir dele mesmo, sem o impulso externo necessário. Mais além, nos fornece mais elementos para compreensão das mediações do tecido estrutural de nosso subdesenvolvimento e a associação subordinada aos centros hegemônicos do capitalismo. A síntese do processo histórico construído no Brasil se define através de um tipo de desenvolvimento que se ergueu pela desigualdade e se alimenta dela,

processo este que traz graves consequências às tentativas de lutas dos diferentes setores das classes trabalhadoras no Brasil.

2 - DESENVOLVIMENTO DESIGUAL, QUESTÃO AGRÁRIA E AS LUTAS DOS TRABALHADORES NO CAMPO.

Bernardo Mançano Fernandes (2005) define a questão agrária como “o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção.” (Ibid., p. 23). Desta forma, o autor identifica dois paradigmas de análise das expressões da questão social do campo: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). O primeiro - que tomamos como referencial neste trabalho -, realiza uma leitura do campo a partir da teoria marxista e possui como eixo central de análise a renda da terra, o processo de diferenciação e de recriação do campesinato, os conflitos e as consequências negativas a este setor decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no campo. Tal Paradigma concebe o desenvolvimento da agricultura camponesa a partir da solução desses problemas, exigindo uma crítica às leis gerais de acumulação do capitalismo.

No lado oposto, o PCA propõe uma ruptura com o paradigma marxista e relaciona a questão social no campo ao baixo grau de desenvolvimento do capitalismo, em comparação aos países desenvolvidos. Apesar de os dois paradigmas concordarem que o assalariamento ainda não se tornou majoritário no campo, com o desenvolvimento do capitalismo (o que demonstra que a agricultura de base familiar, ou camponesa, possui um papel importante), discordam sobre a concepção de capitalismo. Quando o PQA analisa os conflitos e as desigualdades do capitalismo no campo, dando ênfase à luta contra o capital como forma de garantir a sobrevivência e o desenvolvimento do campesinato, o PCA averigua formas dos agricultores familiares se integrarem ao sistema capitalista, considerando inútil à luta contra ele. Tal paradigma parte da concepção de que os problemas do campo são de

natureza conjuntural e, solucionáveis, pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. Este “desenvolvimento” envolveria a intervenção massiva do Estado na agricultura a fim de anular os efeitos negativos do capitalismo no setor e contribuir para o desenvolvimento capitalista em outros setores. (FERNANDES, B. M., 2005)

Através da ampliação da jornada de trabalho e da intensificação do trabalho, via combinação de extração de mais-valia absoluta e relativa, os empresários, na acumulação capitalista, extraem uma parcela maior de trabalho de um número menor de trabalhadores no campo e na cidade. Desta forma, aumenta um contingente da população que passa a ser supérflua para o capital e fundamental para aumentar a concorrência entre os trabalhadores, interferindo na regulação dos salários. Na realidade do campo, percebemos que a superpopulação latente na agricultura é fruto da redução da demanda de força de trabalho, a partir de uma industrialização que não foi acompanhada de uma proporcional absorção dos trabalhadores nas áreas urbano-industriais. Desta forma, é atual a afirmação de Stédile (2008), quando nos diz que, para o modelo de desenvolvimento que temos em nosso país, “lugar de camponês é na favela”.

A política de reforma agrária no Brasil revela o tensionamento na definição do próprio conceito *reforma agrária*, interpretado de diferentes modos pelos diferentes grupos sociais. Na reforma agrária do tipo clássico capitalista, realizada pela burguesia industrial no final do século passado em diferentes países, havia o objetivo de democratizar a propriedade da terra, a fim de construir oportunidades para que os camponeses se tornassem pequenos produtores autônomos e com renda monetária que permitisse criar um mercado interno produtor para também aumentar o número de consumidores, visto que os camponeses passariam a poder comprar bens de origem industrial. Este modelo atacava principalmente a estrutura da terra, gerando resultados que eram ideais para aquela etapa do capitalismo industrial.

Outro conceito de reforma agrária a confunde com política de assentamentos – todavia, a realização de assentamento de famílias sem-terra não significa realizar reforma agrária. Esta política está em andamento no

Brasil, quando, através da pressão nas áreas de conflito, realiza-se uma política de assentamentos e não a reforma agrária. Neste sentido, apesar da conquista dos assentamentos, o processo de concentração de terras continuou aumentando no país, em que vigora a chamada reforma agrária de mercado com amplo incentivo a venda de terras dos latifundiários para os trabalhadores com pouca ou sem-terra através de programas de créditos. Neste sentido, o Estado substitui a desapropriação por interesse social pela compra de terras e deixa de cumprir sua obrigação constitucional. Contra esta política, lutam os movimentos organizados na Via Campesina, denunciando como elas corroboram para a perpetuação do modelo econômico. (Ibid.)

No entanto, a reforma agrária proposta pelo MST, juntamente com as demais entidades que fazem parte do Fórum Nacional de reforma Agrária está muito além da simples modificação da estrutura fundiária brasileira. (LAUREANO, 2007). Este terceiro conceito de reforma agrária - a reforma agrária por meio de *massiva desapropriação* - considera ser necessário a realização de um amplo programa de desapropriação de terra, de forma rápida, regionalizada, a fim de distribuí-la a todas as famílias sem-terra que já somam 4,5 milhões em todo o Brasil. Nesta perspectiva, a reforma agrária passa a ser considerada como um dos momentos da luta contra a desigualdade econômica e social e como uma das ferramentas de construção de uma efetiva democracia, voltada para a contínua expansão dos direitos sociais. (Ibid.)

Como destaca Mendonça (2006), para focalizar *a reforma agrária* adequadamente, é necessário vê-la como desdobramento da decisão política do Estado para solucionar a *questão agrária*, que é bem mais ampla e obstaculiza o desenvolvimento da democracia, ainda que não dificulte o desenvolvimento do capitalismo. Neste sentido, é necessário realizar a distinção entre reforma agrária e questão agrária para que não acabemos por reduzir o amplo sentido desta última. Para ratificarmos o que entendemos por *questão agrária*, concordamos com as afirmações da autora que a interpreta como um conjunto de inter-relações e contradições derivado de uma estrutura fundiária altamente concentrada que também determina a concentração de poder econômico, político e simbólico, criando estruturas de sujeição da

população rural e uma cultura incompatível com o tipo de exploração racional da terra definido pela fala/prática oficial como a “mais adequada” para o desenvolvimento nacional. Ou seja, é possível afirmar que o desenvolvimento do país está entravado por uma *questão agrária*, visto que as relações econômicas, sociais, políticas e culturais, no meio rural, produzem uma dinâmica perversa que bloqueia o esforço para aumentar a produção e a produtividade do campo, assim como as tentativas de melhoria da qualidade de vida da população rural, e, sobretudo, seu grau de participação no processo político democrático.

Para aqueles associados aos grupos de interesse agroindustrial, inexistente questão agrária no Brasil, que já estaria resolvida pela intensa modernização tecnológica, e conseqüentemente, inexistente a necessidade de falarmos em reforma agrária. No entanto, a reforma agrária, fora da perspectiva economicista, visa alterar toda uma estrutura de poder que, além de igualmente perversa e viciosa, produz um ambiente social e econômico inibidor do desenvolvimento democrático. Tal perspectiva distorcida prevalece por ainda não ter ganhado força suficiente, na sociedade brasileira, o debate que associa a questão da democratização da terra, e de um projeto de reforma agrária ao questionamento do próprio modelo de desenvolvimento então vigente. Neste sentido, lutar pela reforma agrária no Brasil significa reverter a lógica de que o mais importante é *o quanto* determinado modelo de desenvolvimento permite ao país crescer, ocultando o *como* cresce e *para quem* cresce.

Desta forma, ao negligenciar a questão agrária, percebemos que os diferentes projetos de reforma agrária no Brasil desde a década de 1970 revelaram características que não buscavam solucionar a desigualdade no campo, mas apenas corrigi-la de uma forma superficial, compensatória, não inseridas no debate sobre reorganização produtiva. Já nos anos 1980 o debate busca romper com análises economicistas, dirigindo a política “aos pobres do campo”, porém negando a identidade de classe desses sujeitos políticos e atrelando aos mesmos algumas qualidades como “irracionalidade”, “atraso” ou “baixa eficácia econômica”. Já na década de 1990, a política de reforma agrária passa a assumir o objetivo de superar o desemprego urbano - vivenciado pelos

migrantes - e de manter os trabalhadores rurais em seu lugar de origem através do incentivo à formação de cooperativas, do desenvolvimento de agroindústrias e da tentativa de articulação entre produção familiar do assentamento e outros agentes econômicos.

A partir da entrada do governo Fernando Henrique Cardoso, operou-se uma transformação do *agrobusiness* brasileiro, transformando o país no campeão da exportação de determinados rubros para conservar o país dentro dos esquemas financeiros mundiais. Sob a égide do capital financeiro hipermonopolizado, forma-se uma orientação colonial do país para plataforma de exportação de produtos primários, trazendo trágicas conseqüências ao trabalho, à economia nacional e aos trabalhadores que nas terras do “moderno” agronegócio concentram vivências de exploração do trabalho infantil e trabalho escravo. (COGGIOLLA, 2005). Tal direção foi seguida pelos anos do governo Lula, o qual promoveu a alteração da relação do Estado brasileiro com a burguesia, “ao melhorar a posição da grande burguesia interna industrial e agrária no interior do bloco no poder” (BOITO JR. 2006, p.53).

O problema das classes sociais no campo, assim como a questão agrária é antes de tudo um problema territorial. De um lado veremos o agronegócio e de outro a agricultura camponesa que disputam territórios em quase todo mundo. Em termos comparativos na escala mundial, a América Latina representa 40,9% da produção de produtos primários contra 10,7% desta produção no restante do mundo. Em contrapartida, na produção de tecnologia eletro-eletrônica representa 3,7% da produção mundial, contra 17% no restante do mundo. (LEHER, 2009). Cabe ressaltar que os movimentos sociais, em especial os povos originários, foram pioneiros nas constatações de que a relação entre territórios com recursos naturais estratégicos e a distribuição das zonas militares norte-americanas formavam uma “[...] nervura axial para compreender a história recente da América Latina [...]” (Ibidem, p.60), tornando evidente que o controle dos recursos naturais é imprescindível para assegurar o atual padrão de acumulação do capital. Desta forma, como destaca o autor, o padrão de acumulação em andamento na América Latina exige uma macro re-estruturação da geografia econômica da região a partir de

um mapa planejado pelo imperialismo, ou seja, pelos setores dominantes da burguesia local em interação, mais ou menos direta, com a grande burguesia internacionalizada. Como esboço deste redesenho econômico temos, em andamento, a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional da América Latina (IIRSA) e, na versão brasileira, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Estes planos revelam a intenção do atual padrão de acumulação com a reprimarização da economia, com a ampliação do agronegócio e expansão das regiões de extração de minérios e de geração de energia, bem como sua intenção com a abertura de novas rotas para a circulação do capital e com a remoção dos “obstáculos” ao crescimento através da retirada dos camponeses e povos originários de suas terras. (Ibid.)

Parte da mais-valia do trabalho do *agrobusiness* no campo mantém conexão direta com os bancos e, como nos diz PAULANI (2008), o processo de reprodução ampliada do capital se dá agora sob os imperativos da acumulação financeira, o que determina um controle obsessivo dos gastos do Estado. Estaríamos vivendo uma era da “acumulação por espoliação”, em que o poder do Estado e do dinheiro avançam com ataques especulativos às moedas dos países fracos, sobre o crescimento da importância dos títulos da dívida pública em todos os países e no avanço das privatizações. “Em todos eles, sem a participação do Estado, sem sua administração em benefício do *business*, esse tipo de acumulação seria impossível.” (Ibid., p.121).

Neste sentido, cabe pensarmos nos processos que podem gerar impulsos para que reivindicações locais contra este modelo se convertam em uma demanda global. O MST decorreu da articulação entre lutas regionais que ganharam conotação nacional em fins da década de 70. Segundo STÉDILE (2005), os trabalhadores só conseguirão obter conquistas se fizerem luta de massas. “É isso que altera a correlação de forças políticas na sociedade. Senão o próprio *status quo* já resolvia o problema existente. Um problema social só se resolve com luta social. Ele está inserido na luta de uma classe contra a outra” (Ibid., p.43).

Porém, para nós ficaria a pergunta: como mobilizar politicamente uma massa de trabalhadores, que encontra dificuldades em construir uma

identidade entre si, para além da identidade imediata (classe em si)? As lutas, num primeiro momento, são contra os aviltamentos do trabalho, e para avançarem na construção de luta pelo fim do trabalho alienado é preciso que os trabalhadores discutam alternativas para outra forma de trabalho. Mesmo o homem que possui uma consciência revolucionária não deixará de ser alienado se não reunir esforços junto a outros homens na organização a favor da classe trabalhadora, pela construção de um modo alternativo de produção da vida material e pela abolição da apropriação privada dos meios de produção, visto que o problema da alienação não está na razão, mas na materialidade da vida, nas relações sociais, portanto não podendo ser resolvida apenas através da formação.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS: LUTA OPERÁRIA E POPULAR SOB AS SEQUELAS DA ÉGIDE NEOLIBERAL.

A globalização da pobreza, promovida pelo neoliberalismo, é acompanhada pela reforma das economias nacionais dos países em desenvolvimento e pela redefinição de seus papéis na nova ordem econômica mundial. O “bom governo” e a manutenção de eleições multipartidárias são condições adicionais impostas pelos doadores e credores. Todavia, a própria natureza das reformas econômicas impede uma genuína democratização – isto é, sua implementação requer (contrariando o espírito do liberalismo anglo-saxão) invariavelmente o apoio do Exército e do Estado autoritário. O ajuste estrutural promove instituições falsas e uma democracia parlamentar fictícia, que patrocina o processo da reestruturação econômica. Em todo o Terceiro Mundo, a situação é de desespero social e falta de perspectivas para uma população empobrecida pelo jogo interativo das forças do mercado e as manifestações e as revoltas populares contra o neoliberalismo são brutalmente reprimidas. (CHOSSUDOVSKY, 1999).

Como destaca Valério Arcary, o capitalismo corresponde a um período histórico e está condenado a desaparecer. No entanto, a burguesia não irá cometer “suicídio coletivo” e não renunciará às suas riquezas sem que haja

enfrentamento. (ARCARY, 2006, p.103). O autor nos traz uma análise importante de que a classe atua sob determinações do capitalismo e que tais ações podem partir de um patamar muito baixo de organização e ainda assim ser capaz de ações mais radicalizadas que outras classes trabalhadoras temperadas na luta através de gerações. A miséria material foi sempre, na história, consequência de uma situação de maior injustiça. Todavia, a classe trabalhadora não luta necessariamente com mais avidez, quando está desesperada pela situação de miséria, mas quando acredita que pode vencer.

No Brasil, estabeleceu-se um absurdo senso-comum de que os pobres só lutam quando estão desesperados e com a barriga vazia. Parece incrível que seja tão banal encontrar obras em que a luta de classes seja ignorada para explicar a história. A subestimação das classes populares, em grande medida herdada como parte da tradição que o escravismo deixou, manifesta-se na subestimação do mundo do trabalho. (Ibid., p.118)

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Porém, ideologicamente o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a idéia de que não há alternativas para os seus princípios e que todos tem de adaptar-se às suas normas. Concordamos com Boito Jr. (1996) ao afirmar que, ao longo da década de dois mil, a luta operária e popular atravessou um período que, em contraste com as décadas precedentes, podemos denominar como um período de acomodação política. “A luta reivindicativa não refluíu, mas a agitação e a luta contra o modelo capitalista neoliberal perderam terreno”. A década de dois mil significou a década da acomodação política do movimento operário e popular, porém essa acomodação política não é sinônimo de desaparecimento das lutas, à exemplo das greves operárias e de trabalhadores de classe média e das ocupações de terra pelo movimento camponês, que mantiveram-se num nível elevado ao longo da mesma década. Ainda, essa foi também a década de várias edições dos Fóruns Sociais Mundiais sediados no Brasil e de diversas

outras manifestações de luta e de inconformismo dos setores populares com o modelo capitalista neoliberal. Porém, a experiência do Governo Lula (que, manteve e aprimorou o neoliberalismo), “contribuiu para que essas lutas se mantivessem confinadas no nível reivindicativo e localizado, desviando-se do objetivo de uma luta política geral contra o próprio modelo neoliberal” (Ibid.). Desta forma, no seu governo, a política de repressão do período Collor e Cardoso foi substituída por uma política de pequenas concessões e de aproximação com as lideranças dos movimentos.

Ainda, a política econômica do governo teve impacto no movimento operário e sindical, quando as centrais sindicais, com destaque para a CUT, acomodaram-se ao *neodesenvolvimentismo*, “uma política de desenvolvimento limitada pelo caráter financista do modelo neoliberal e voltada, crescentemente, para a exportação. Acomodaram-se, também, graças à política de cooptação do governo”. Sindicalistas assumiram cargos em ministérios, na administração pública e em diretorias de empresas estatais e o governo Lula “reformou também parte da legislação sindical, de modo a dotar à direção das centrais sindicais de um controle maior sobre as suas bases e de modo a provê-las com fundos financeiros vultuosos”. Desta forma, devemos considerar que a política social do governo repercutiu nos movimentos populares de urgência, como os sem-teto e sem-terra, e no movimento estudantil. (Ibid.)

O Brasil vem assistindo, pelo menos desde 2004, à recuperação da atividade sindical e grevista.

Na base, a ação grevista vem se mantendo num nível razoavelmente alto e a grande maioria das greves tem permitido ganhos reais de salários; na cúpula do movimento, a disputa política acirrou-se com o surgimento de cinco novas centrais sindicais. Essa recuperação da luta sindical pode ser tomada como um indicador da vitalidade do sindicalismo como movimento social. Acreditamos que, se tomarmos a atividade grevista como indicador, poderemos afirmar que o sindicalismo brasileiro encontra-se, na década de dois mil, em fase de recuperação. Esses dados nos fornecem, assim, algumas indicações sobre o equívoco das teses que prognosticaram o declínio histórico do movimento sindical, tese defendida por muitos autores europeus e brasileiros [...]. (BOITO; GALVÃO; MARCELINO, 2009, p.38)

O campo “pelego” do sindicalismo (representado principalmente pela Força Sindical) trazia elementos do discurso neoliberal (assimilados por parte

da CUT), em decorrência do fortalecimento de governos neoliberais no Brasil. Esse fato, a despeito de não configurar a constituição de uma corrente sindical enraizada nas massas e consistentemente neoliberal, contribui, contudo, para a difusão da ideologia e da política neoliberal junto aos trabalhadores. Na medida em que o neopeleguismo é produto da estrutura sindical corporativa de Estado - que, embora reformada pela Constituição de 1988, permanece forte - devemos afirmar que essa estrutura sindical, herdada do período populista, é, hoje, um dos recursos do neoliberalismo para obter sua hegemonia no Brasil. Contudo, para que existam movimentos massivos que não se subordinem à barbárie neoliberal, será necessário empreender a “batalha das idéias”. Ou seja, é preciso produzir conhecimentos que orientem e possibilitem a ação política para promover a ruptura com o neoliberalismo.

A situação social dos camponeses – cuja própria possibilidade de existência é negada pelo agronegócio e pelos grandes projetos de infra-estrutura que abrem as entranhas do país aos interesses das corporações – e, também, a problemática da juventude das periferias – hoje oprimida pelo desemprego, pela precarização do trabalho e pela violência –, requerem uma opção ético-política classista: “Sabemos construir um problema?” “Sabemos colocar frente à realidade uma agenda realmente distinta das agendas das burocracias nacionais e internacionais, ou das agências de financiamento?” “De onde surgem os temas que preocupam atualmente as ciências sociais?”. (LEHER, 2007, s/p)

A teoria não pode ser produzida em ambientes alheios às lutas de classes e ao calor das batalhas sociais e o conhecimento emancipatório precisa estar articulado com a práxis emancipatória e libertária, conforme ensinou Paulo Freire, os povos indígenas e camponeses Zapatistas (no México), o CONAIE (no Equador) e os camponeses do MST. Como destaca Leher (ibid.), a história dos movimentos sociais e revolucionários demonstra a centralidade da educação e da cultura em seus programas, reafirmando a educação como prática social crucial para o resgate classista dos trabalhadores. De forma distinta do liberalismo, o marxismo sustentou que “a luta pela nova humanidade é necessariamente a luta por uma sociedade nova, socialista, mas a criação desta sociedade não é independente do pensamento e da atividade dos homens”. Sendo assim, a autopedagogia libertária precisará

se definir a partir das lutas dos movimentos sociais através de uma radical reorganização de atos, de palavras e de símbolos.

Nestes marcos, não podemos deixar de nos remeter às emblemáticas lutas sociais pelo verdadeiro sentido público das políticas e instituições dirigidas pelo Estado que foram trazidas com vigor nas lutas que despontavam já no século XVIII, como nos mostrou a experiência da Comuna de Paris, que representou a república dos trabalhadores, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora e a forma política descoberta para levar adiante a emancipação econômica do trabalho². Estas experiências de séculos de lutas dos trabalhadores denunciavam que um governo que quer priorizar o sentido público do Estado precisa ter como ponto de partida os interesses políticos e econômicos dos trabalhadores, preceitos estes que, por exemplo, podem ser retomados com vigor nas manifestações atuais contra as privatizações e parcerias público-privadas nos serviços dirigidos aos trabalhadores (as). Em outras palavras, tais experiências demonstraram que a disputa pelo sentido público passava necessariamente pela luta de classes (entre produtores e apropriadores). Afinal, como nos disse Marx “a classe trabalhadora não pode simplesmente apossar-se da máquina do Estado já pronta e servir-se dela para seus próprios interesses” (ibid.), sendo necessário imprimir uma revolução nas bases. Portanto, a disputa no interior do Estado e das políticas sociais é uma disputa *de classe* marcada por contradições que podem permitir o avanço da luta dos trabalhadores no atual cenário brasileiro.

REFERÊNCIAS

ARCARY, V. *O encontro da Revolução com a História: socialismo como projeto na tradição marxista*. 1.ed. SP: Instituto José Luís e Rosa Sundermann; Xamã, 2006.

² Como destaca Marx (2003), “[...] sem esta última condição o regime da Comuna teria sido uma impossibilidade, um embuste. A dominação política dos produtores é incompatível com a perpetuação de sua escravidão social. Portanto, a Comuna teria de servir de alavanca para extirpar o cimento econômico sobre o qual descansa a existência das classes e, por conseguinte, a dominação de classe. Emancipado do trabalho, todo homem torna-se um trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe. (Ibid., p. 48)”

BOITO Jr., A. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. *Crítica Marxista*, p. 80-105, São Paulo: Xamã, 1996.

_____. ; GALVÃO, A; MARCELINO, P. Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000. *OSAL - Observatório Social de América Latina*. n.26. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

CARDOSO, M. L. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. *Idéias: revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp*. Campinas, 4 (1 / 2): p. 99-114, jan./dez. 1997.

CHOSSUDOVSKY, M. *A Globalização da Pobreza: Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. 1.ed. SP: Moderna, 1999.

FERNANDES, B. M. “*Que reforma agrária?*” XIV Encontro Nacional de Geografia Agrária, Unesp/ Presidente prudente, 1998, documento mimeo.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2005.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

GALEANO, E. *As Veias Abertas da América Latina*. trad. de Galeano de Freitas. 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. 14.ed. SP: Loyola, 2005.

LAUREANO, D dos S. *O MST e a Constituição: um sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil*. 1.ed.SP: Expressão Popular, 2007.

OLIVEIRA, F. *À sombra do Manifesto Comunista: globalização e Reforma do Estado na América Latina*. In: SADER; GENTILI (orgs). *Pós- Neoliberalismo II – que Estado para que democracia?* Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

LEHER, R. Educação Popular como estratégia política. In: ALMEIDA; JANIZE (orgs). *Educação e movimentos sociais: novos olhares*. SP: Alínea, 2007.

_____. Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América Latina, Plano de Aceleração do Crescimento e Questão Ambiental: desafios epistêmicos. In: *Cadernos de Estudos dos Cursos Emancipações e Realidade Brasileira*. RJ: Outro Brasil(LPP)/ENFF, 2009.

MARTINS, J. de S. *A reforma Agrária e os limites da democracia na Nova República*. SP: HUCITEC, 1986.

MARX, K. *O Capital*. v. I . T. 2. SP: Abril Cultural, 1984.

_____. O que foi a Comuna de Paris?. In: COGGIOLA, O. (org). *Escritos sobre a Comuna de Paris*. SP: Xamã, 2003.

MENDONÇA, S. M. de. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária*. STÉDILE, J. P. (org.). v.5 SP: Expressão Popular, 2006.

OLIVEIRA, F *Crítica à razão Dualista: o ornitorrinco*. SP: Boitempo, 2003.

STÉDILE, J.P. *Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. Canal Livre da BAND - Rede Bandeirantes de Televisão, em 01/06/2008.